
A FENOMENOLOGIA DA GUERRA,
DA PAZ E DOS CONFLITOS

Raul François R. C. Martins

A FENOMENOLOGIA DA GUERRA, DA PAZ E DOS CONFLITOS

1. INTRODUÇÃO

Numa entrevista Raymond Aron afirmou: «Antes de 1940, porque detestava a guerra, nunca tinha reflectido sobre ela. Durante a guerra fui compelido a reflectir sobre esse assunto (...). Também me foi necessário compreender, na medida do possível, as relações internacionais, tarefa em que me lancei a partir de 1940, (...) e que prossegui, ainda que detestando a guerra» (1).

Nesta frase do grande pensador francês estão bem patentes alguns dos aspectos importantes ligados aos estudos sobre a guerra. Por um lado, a importância dos factores emotivos. De facto, a guerra, e tudo o que com ela se relaciona, toca tão profundamente os sentimentos humanos que torna muito difícil um tratamento puramente racional do seu estudo, e, muitas vezes, inibe mesmo esse estudo. Esse aspecto emotivo tem, aliás, influenciado fortemente as atitudes relativamente aos complexos problemas da guerra e da paz, quer pela pré-orientação imprimida pelos apriori valorativos aos estudos feitos, quer pela enorme influência que os preconceitos vêm a exercer sobre os muitos que, detestando a guerra, não se preocupam em estudá-la.

Por outro lado, a referida frase estabelece o nexó fundamental entre o estudo da guerra e o estudo das Relações Internacionais. A guerra é um problema que tem a ver com a organização e as instituições sociais das sociedades humanas do Mundo inteiro, do Presente e do Passado, e, muito provavelmente, com a natureza biológica e estrutura psíquica do próprio homem, mas, certamente, é hoje, como tem sido sempre, um aspecto fulcral das relações entre os grupos humanos, politicamente organizados, que se reclamam de autonomia na determinação dos seus destinos.

Justamente, essas sociedades politicamente organizadas e independentes, os Estados soberanos, aspiram à Segurança da sua condição, do seu espaço,

(1) Missiva, Jean Louis e Dominique Wolton; «O espectador comprometido», edição Moraes, pág. 182.

dos seus cidadãos e dos seus bens, e uma das maiores ameaças a essa Segurança contém-se na guerra. Não a única, mas, certamente, a mais dramática, e aquela a que as outras se referem, e de cuja potencialidade recebem força. Por isso, o estudo dos problemas ligados à Defesa Nacional, cuja finalidade é, como sabemos, a Segurança do Estado-comunidade, não poderia dispensar uma, ainda que muito rápida e esquemática, apreciação dos problemas ligados ao estudo da guerra.

É essa apreciação que tentarei fazer neste trabalho, subordinado ao tema da fenomenologia da guerra, da paz e dos conflitos. Centrar-me-ei naturalmente, no conceito de guerra, que constitui o paroxismo do exercício da violência colectiva, e de que a paz e os conflitos constituem como que o negativo a primeira (?), e espécies menores os segundos. Começarei por abordar o problema dos conceitos, não só porque metodologicamente parece aconselhável fazê-lo, mas também porque nesta matéria está longe de ter sido encontrado consenso entre os diversos autores. Procurarei seguidamente esboçar uma panorâmica muito esquemática das principais orientações do pensamento acerca dos problemas da guerra e da paz, passando depois a uma tentativa de caracterização da situação no actual sistema das Relações Internacionais, na perspectiva dessas ocorrências, e terminarei com uma síntese conclusiva.

2. OS CONCEITOS

Como já dissemos, centraremos esta análise no conceito de guerra, assumindo desde já, como válida, a solução algo simplista e não unanimemente aceite, de considerar paz como sendo o oposto de guerra. Dispensar-nos-emos, portanto, de discutir o conceito de paz, mas, antes do conceito de guerra, parece-nos necessário abordar, ainda que, de forma muito superficial e rápida, os conceitos de violência, e de conflito, estreitamente relacionados o primeiro com o problema da natureza da guerra, o segundo com a definição do seu âmbito e limites.

(?) «Como que», mas não exactamente. De facto, muito mais do que o negativo da guerra, a paz é a envolvente da guerra que se gera na situação que a precede, e visa sempre obter uma nova paz diferente da anterior. Existem diversos tipos de paz, e o próprio conceito de paz é complexo.

Recorrendo de novo a Raymond Aron, este escreveu que «as Unidades Políticas, os regimes constitucionais, devem todos a sua origem à violência» (3). Isto chama-nos a atenção para o papel central da violência nas realizações políticas, embora não signifique de nenhum modo que o essencial destas com aquela se identifique. Mas, a que violência se refere Aron? De facto, tanto na linguagem comum como na sociológica, a palavra violência cobre diversos significados.

Em primeiro lugar, trata-se da violência colectiva, praticada por um grupo. Depois, R. Aron tem o cuidado de ser muito claro nesse ponto, trata-se da violência física, da violência das armas. De facto, a tese de alguns autores como Galtung, como Sartre, como Fanon, que fazem equivaler violência física e violência moral, e que chegam, através de uma generalização descaracterizadora, a afirmar como violenta toda a imposição de hierarquias, de regras, até de princípios educativos, conduz à dissolução do conceito. Quando se argumenta a existência de violências estruturais, indirectas, difusas, simbólicas, psicológicas, etc., contribui-se para confundir conceitos como coacção, injustiça social, influência, persuasão, etc.

Quanto à violência física, ela parece indissociável do comportamento humano. Está presente no comportamento de todos os animais que têm sido estudados pelos etólogos e, desde K. Lorenz, o papel da agressividade na espécie humana tem vindo a ser cada vez mais frequentemente objecto de estudo. Já Heráclito afirmava que «o combate, Polemos, é pai de tudo, rei de tudo» (4). Sociólogos como Durkheim e Girard, sublinham o papel da violência sacrificial religiosa na instituição das sociedades primitivas (5). Alguns, como Girard, apontam mesmo o papel central da violência na constituição das primitivas sociedades humanas (6).

Neste trabalho, a violência que nos interessa é a violência física, praticada pelos grupos políticos, para fins políticos, os quais utilizam armas. Trata-se, portanto, sempre que a palavra for empregue, de violência

(3) Aron, Raymond, «Paix et Guerre entre les Nations» Ed. CALLMANN LEVY, pág. 61.

(4) Citado por Paul Johnson, em artigo publicado em 1979, no «The New Republic» intitulado «Os 7 pecados mortais do terrorismo».

(5) Prof. Renaud, Michel «Perspectivas filosóficas sobre a Guerra e a Paz: Origem e destino de violência», in «Nação e Defesa», n.º 17.

(6) Idem.

colectiva, física, armada. Às outras formas de relação também orientadas no sentido de impor comportamentos não desejados, também destinadas a vencer resistências, utilizando ameaças e, ou, outros meios diferentes da força das armas, daremos o nome de coacção.

O conceito de conflito permite, também, várias definições diferentes, a partir de uma ideia muito geral, que abrange todas as situações de oposição de interesses entre indivíduos ou grupos, ou de motivações, no interior da mente de cada indivíduo. Nalguns casos, o termo conflito, quando aplicado a situações que envolvem Unidades políticas, tem sido utilizado como sinónimo de guerra. Parece-me porém instrumentalmente mais útil um conceito de conflito como o de Lewis A. Coser que o define como «luta por valores, *status*, Poder ou recursos, na qual os participantes procuram neutralizar, prejudicar ou eliminar os seus rivais». Esta noção de conflito inclui necessariamente o exercício da coacção, e, potencialmente, o da violência, ao mesmo tempo que permite distingui-lo da simples competição.

As situações de conflito latente, ou as de conflito expresso mas moderado ou controlado, sofrem, por vezes, bruscos agravamentos, devido a determinados acontecimentos catalizadores ou à intervenção de novas forças, criando-se então as situações designadas por crises, que, no actual sistema de Relações Internacionais, tem vindo a assumir importância crescente. Todas as crises contêm em si a possibilidade iminente da guerra, e por isso o seu controlo é uma questão vital, implicando sempre uma acção intensa, e urgente, que implica política, diplomacia e estratégia.

O agravamento dos conflitos, configurando-se ou não como crises, está na origem das guerras. Mas, o que é que se deve entender por guerra?

Mais uma vez estamos perante um conceito complexo, que admite muitas definições. De modo algum porém é indiferente a forma como se entenda o conceito, já que tal irá condicionar fortemente toda a elaboração teórica subsequente.

Quincy Wright, no seu livro «A study of war» (7), depois de estudar diversas formas de violência colectiva entre animais sociais, entre homens primitivos caçadores colectores, entre homens das primeiras civilizações agrícolas e entre os das recentes civilizações tecnológicas, escreveu «Há

(7) Wright, Quincy: «A study of war», págs. 33 a 41.

portanto sentidos em que a guerra é um fenómeno orgânico, outros em que é um fenómeno humano, e outros em que é um fenómeno da civilização».

Da sua obra conclui-se não só a relação directa entre o sentido escolhido, o momento histórico, e a origem que se atribui ao fenómeno guerra, como também que esta será, afinal, permanente, e intrínseca à natureza humana, apenas variando consoante a evolução das técnicas e das formas de organização social. Essa é, de resto, a opinião de muitos dos mais consagrados autores sobre o assunto, entre os quais Clausewitz e R. Aron.

Clausewitz apresenta duas definições do conceito de guerra, bastante diferentes, mas, na realidade, complementares. Na primeira, puramente conceptual, a guerra é definida como acto de violência destinado a obrigar o adversário a executar a nossa vontade. Desta definição deduz-se a lei da ascensão aos extremos, concebendo-se a guerra em si mesma, de forma abstracta, como duelo de vontades, utilizando a violência, em que cada um dos adversários sofre «a lei do outro», isto é, é obrigado a aumentar a sua violência para responder à do adversário e vice-versa.

Segundo esta definição abstracta, o objectivo «natural» é a destruição das forças inimigas, e o fim visado é o «derrube» do Estado inimigo.

Na segunda definição, Clausewitz analisa a guerra real, tal como efectivamente acontece no mundo das coisas concretas. Define-a então como uma «estranha trindade, composta da violência original do seu elemento que é preciso considerar como uma pulsão natural e cega, do jogo de probabilidades e de acaso que fazem dela uma livre actividade da alma, e da natureza subordinada de instrumento político, pelo qual ela se liga ao puro entendimento». Nesta segunda definição pode conceber-se a possibilidade de movimentos da violência nos dois sentidos, tanto no da subida aos extremos, ou escalada, segundo a linguagem actual, como no da descida a níveis reduzidos, até à simples observação armada. Em ambas as definições, a guerra é definida em função da especificidade do seu meio, a violência.

Para alguns autores, como Clausewitz e Aron, não existe guerra se não houver utilização da violência armada. Porém, para outros, determinadas situações conflituais em que a violência é apenas potencial, ou utilizada de forma marginal e indirecta, cabem também no seu conceito de guerra, a que chamam guerra fria.

Necessário se torna, em face de posições tão diversas, fazer uma escolha. Neste trabalho considerarei como elementos essenciais do conceito de guerra a utilização da violência armada, a natureza política e colectiva dos sujeitos envolvidos, e a natureza instrumental da própria guerra, ao serviço da política. Como elementos acessórios, acrescentarei a necessidade de um mínimo de organização, de duração, e de forças envolvidas, a fim de distinguir daquele conceito as lutas tribais, os atentados terroristas, os incidentes de fronteira, e os factos consumados não seguidos de outras acções armadas.

3. O PENSAMENTO

O pensamento, isto é, o conjunto dos estudos e das elaborações teóricas e doutrinárias, sobre esta matéria, tem sido predominantemente orientado por preocupações normativistas, procurando, quer limitar ou condicionar a guerra, quer, com o desenvolvimento da teorização estratégica, estabelecer normas, princípios, e métodos, que habilitem a uma mais eficaz forma de a fazer.

As tentativas para condicionar e controlar as guerras são muito antigas e de eficácia sempre reduzida. A teoria da guerra justa, desenvolvida pela Igreja Cristã a partir de St.º Agostinho, ligava o julgamento moral das guerras às suas causas, aos seus fins, e à autoridade de quem as decidia (a justa causa, a recta intenção, e a autoridade legítima) e tentava também incluir controlos éticos à sua conduta, estabelecendo períodos e lugares em que a guerra não deveria ocorrer, tipos de armas a não ser empregues, classes de pessoas imunes quer à obrigação de a fazer, quer às suas consequências. Além da limitação das causas aceitáveis para a decisão de fazer a guerra, dois princípios importantes influenciam ainda hoje a atitude da Igreja perante os problemas da guerra e da Paz: o da proporcionalidade dos meios aos fins, e o do direito dos não combatentes à imunidade.

O código da cavalaria, durante a Idade Média, poderá ser citado como uma outra tentativa de limitar a guerra. No mesmo período, o pensamento islâmico vem introduzir um conceito muito diferente, o conceito de guerra santa, a que, de certo modo, corresponderá o conceito de «cruzada» como resposta tardia, uma e outra afinal, assimiláveis a práticas antiquíssimas de ritualização e sacralização das guerras.

Até à 1.^a Guerra Mundial, a legitimidade de um Estado soberano recorrer à guerra para resolver os seus diferendos nunca fora contestada, já que, segundo a lei internacional, ele era único juiz das suas causas.

Foi só após 1918 que, na Liga das Nações, seria estabelecido ser a guerra de agressão um grave crime internacional, e, em 1928, o Pacto Briand Kellog, assinado por 63 Estados, proscovia o recurso à guerra como instrumento da política excepto nos casos de legítima defesa, e de acção colectiva determinada pela Liga, em termos aliás semelhantes aos que voltariam a ser empregues, anos mais tarde, na Carta das Nações Unidas.

Nos nossos dias, o pensamento marxista-leninista reformulou o conceito de guerra justa, desligando-o das causas e fazendo-o depender da natureza da entidade que faz a guerra, a qual será sempre justa quando praticada por estados comunistas ou por povos colonizados, e sempre injusta quando por estados capitalistas ou colonizadores.

As modernas teorias sobre a guerra, a partir dos fins do séc. XIX, podem ser divididas, grosseiramente, em duas correntes principais, consoante a orientação dada às pesquisas sobre as origens da guerra, uma buscando-as ao nível do indivíduo, quer em factores biológicos, quer em factores psíquicos, outra buscando-as nas estruturas sociais ou nas instituições.

Actualmente, essas pesquisas sobre a guerra e a paz, efectuadas de forma metódica, e interdisciplinar, em instituições a isso destinadas, têm vindo a conhecer grande desenvolvimento, mas continuam praticamente circunscritas aos países do chamado 1.^o Mundo, sob diversas designações, de que três são mais vulgares: *Polemologia*, *Peace Research*, *Conflict Research*.

Apesar de algumas dessas teorias e pesquisas seguirem uma orientação analítica com preocupações verdadeiramente científicas, muitas outras são conduzidas sob orientações normativistas, a partir de preconceitos, e visando fundamentar recomendações sobre a forma de erradicar a guerra.

A importância que as correntes pacifistas vieram a assumir nos assuntos da Política Internacional, designadamente como instrumentos da Estratégia Indirecta de Potências totalitárias, justifica que nos demoremos um pouco neste assunto.

O pacifismo não é um fenómeno novo. Entre os primitivos cristãos uma corrente importante preconizava a condenação absoluta da guerra, e na Renascença e na Idade Moderna, personalidades como Erasmo, Thomas Moore, Voltaire, Rousseau, negavam a possibilidade de justificar a guerra,

fosse em que circunstâncias fosse. Entre as duas grandes Guerras é conhecida a importância que o pacifismo assumiu, ganhando pela primeira vez a dimensão de uma corrente de opinião popular.

O pacifismo actual tem, pois, raízes históricas, mas a sua transformação em movimento de massas após a 2.^a Guerra Mundial e o seu aproveitamento em termos de política internacional, constituem novidades, fomentadas quer pela diferença entre regimes demo-liberais, onde o pacifismo é livremente consentido, e totalitários, onde é eficazmente reprimido, quer pelos desenvolvimentos tecnológicos da comunicação e dos transportes, facilitando exploração em termos de propaganda, enquadramento por agentes partidários, deslocamentos rápidos de manifestantes e agitadores, quer ainda pelo condicionamento dos decisores políticos pelas correntes de opinião no Ocidente, condicionamento esse que não existe nos regimes ditatoriais.

Apesar desse aproveitamento, que se tornou claramente percebido através da coincidência das grandes manifestações pacifistas com objectivos importantes da política externa da URSS, como oposição ao desenvolvimento da bomba de neutrões, ou à instalação dos mísseis de médio alcance na NATO, ou à iniciativa de Defesa Estratégica, bem como através do público envolvimento de partidos comunistas, ou instituições por eles controladas, nessas manifestações, apesar desse aproveitamento, o movimento pacifista está longe de ser homogéneo. Misturam-se nele um sem-número de tendências e de orientações, muitas vezes opostas e incompatíveis nos seus fundamentos.

Formando um vasto conjunto complexo, em que uns são universalistas, outros são nacionalistas, uns recusam toda a Defesa, outros concebem de forma diferente a ameaça e o inimigo principal, uns rejeitam toda a guerra, outros querem uma determinada Paz, ainda que para a obter seja preciso fazer a «última» guerra, uns condenam o armamento em geral, outros privilegiam a condenação do nuclear, uns partem de pressupostos religiosos, outros de diversas ideologias políticas, outros ainda de concepções económicas ou, simplesmente, de preconceitos humanistas e éticos, os pacifismos têm sido classificados de variados modos por diferentes autores em diversas correntes, podendo-se, no entanto, numa primeira aproximação, distinguir três grandes correntes todas muito ramificadas: a dos pacifismos religiosos, a dos pacifismos morais ou humanistas de cariz laico, a dos pacifismos ideológicos de cariz politico-económico.

Em resumo, quanto ao pensamento sobre a guerra e às correntes de opinião directamente dele derivadas, poderemos dizer que no 1.º Mundo a situação se caracteriza pela grande quantidade e variedade. Embora em grande parte dominado por diversas tendências pacifistas, cujos preconceitos prejudicam tanto pesquisas como conclusões, este pensamento contém também um número crescente de estudos de valor científico indiscutível. De um modo geral pode considerar-se dinâmico e fértil, realizando-se a sua ligação com a opinião pública facilmente, através de uma Comunicação Social livre, e de um sistema de ensino aberto. Por sua vez, a opinião pública das sociedades demo-liberais tem uma influência inegável no comportamento dos governantes.

Já o mesmo se não passa no resto do Mundo, onde os sistemas políticos totalitários, ditatoriais, ou autoritários, não consentem a liberdade de estudo, de elaboração de teorias, de formação e de intervenção de opiniões públicas, onde ideologias sociológicas ou religiosas reclamam o controlo exclusivo do Saber e do Fazer, ou onde gravíssimos problemas e carências de toda a ordem concentram o interesse dos intelectuais. Nesses países todo o pensamento sobre os problemas da Guerra e da Paz, menos abundante, é normativista, e politicamente orientado. A sua ligação à opinião pública é geralmente imposta por órgãos de comunicação social e por sistemas de ensino controlados pelos Governos, e, por outro lado, a influência das opiniões públicas sobre esses Governos é, ou muito reduzida, ou nula. Nestes países não existem movimentos pacifistas.

4. OS FACTOS

Terminada que foi esta esquemática panorâmica dos fenómenos abstractos do pensamento, cabe agora tentar gizar a sua contrapartida em termos dos fenómenos concretos da realidade. Tratando-se de problemas humanos, pensamento e realidade tecem entre si relações biunívocas, estudos e teorias procurando reflectir o mundo dos acontecimentos, doutrinas tentando estabelecer regras de intervenção, e o mundo dos acontecimentos sendo influenciado permanentemente pelas imagens que o pensamento dele elabora. Não há portanto nunca separação completa entre os dois Universos, o das ideias e o dos factos, que, pelo contrário, se interpenetram estreitamente.

A realidade contemporânea possui alguns traços marcantes que talvez nos possam ajudar a organizar um quadro geral da situação quanto ao tema deste trabalho. De facto, em todas as épocas, a guerra, ou, mais exactamente, a violência colectiva, tem reflectido as formas de organização, as capacidades tecnológicas e militares, as ideias, crenças e costumes, das sociedades existentes.

O Mundo actual é profundamente marcado pelo extraordinariamente acelerado processo de desenvolvimento tecnológico. Este tem intervindo em todos os aspectos da vida humana, desde logo, e directamente, no das coisas materiais, transportes, telecomunicações, técnicas de produção, armamento e técnicas de combate, etc., mas também no próprio homem, sobre os seus modos de pensar e de agir, induzindo profundas transformações sociais e culturais em ritmos e intensidades diferentes de local para local, mas a que nenhum, verdadeiramente, escapa.

Uma dessas transformações é a do próprio sistema das Relações Internacionais, pela primeira vez na História transformado num sistema único, onde todos os povos de toda a terra se encontram em relação directa, e rápida, uns com os outros. Separados por profundas diferenças de cultura, de riqueza, de poder, muitos deles organizados em Estados de formação recente, marcados por um passado colonial de há poucos anos, quase sempre divididos por antiquíssimas questões étnicas, frequentemente procurando forçar-se em moldes político-sociais produzidos por outros povos, procurando construir à pressa uma estrutura económica que não se adapta à sua cultura, todos esses povos e Estados estão agora unidos por uma densa rede de dependências e relações de toda a ordem, que junta, num só cadinho, todas essas heterogeneidades.

Tem sido por vezes dito que este nosso século da tecnologia é também o século da violência. É sempre arriscado comparar épocas diferentes, mas, se não é seguro dizer que há hoje mais ou menos violência que ontem, é inegável que a violência está presente em todo o lado. Muitas são as fontes que a alimentam. O tempo que vivemos é um tempo de choques ideológicos, e de choques culturais. As verdades Universais arrastam sempre consigo multidões de prosélitos fanáticos, dispostos ao sacrifício para o triunfo as suas utopias, intolerantes para com tudo o que se afaste da fé cega no futuro em que acreditam. Os valores culturais, que se ligam profundamente à identidade colectiva, frequentemente se sentem ameaçados

por valores novos, sobretudo se estes, em vez de resultarem de evoluções lentas da própria comunidade, se apresentam como intrusões vindas de comunidades alheias. Aqui e além, velhos problemas territoriais, ou étnicos, renascem, alimentados pelas novas ideias. O espectáculo de comunidades muito ricas, ou de grupos sociais vivendo no luxo excessivo, é quotidianamente proporcionado às comunidades muito pobres, ou aos grupos sociais que vivem em condições de grande carência, através dos meios de comunicação que dominam o nosso tempo. As expectativas geradas e frustradas as justas aspirações, a ambição e a inveja, são todas continuamente incentivadas. As ideias dos direitos individuais e colectivos, da igualdade, da fraternidade, e também da luta de classes, espalharam-se por todo o lado, juntamente com os progressos da medicina e da produção de alimentos, com os crescimentos demográficos acelerados, e com a degradação do ambiente, a desertificação das terras e dos mares. O enfraquecimento da religião e da moral, a contestação frequente dos valores, das regras e das leis, acompanhou em alguns lugares uma revivescência radical das fidelidades religiosas, nacionalistas, ou ideológicas. O homem tornou-se impaciente, e o direito à revolução, muitas vezes abertamente proclamado, parece encontrar nas nossas consciências uma estranha simpatia.

a. A articulação dos conflitos violentos desde o fim da II G. M. até 1990

- (1) Uma das consequências importantes do desenvolvimento tecnológico verificou-se no sector dos armamentos e das técnicas de combate. As armas nucleares trouxeram ao homem uma capacidade de destruição que ameaça seriamente o futuro da civilização, se não mesmo o da própria humanidade. Num outro nível, dito convencional, a eficácia sinistra dos armamentos e equipamentos militares não cessa de aumentar, e se as muito elevadas taxas de consumo (*) e os muito elevados custos

(*) Por exemplo, na guerra de Ion Kipur, em 3 semanas, foram destruídos 2800 carros de combate e 400 aviões, e consumidas enormes quantidades de munições e mísseis. Sabendo-se que cada avião moderno americano custa em média cerca de 20 milhões de dólares e que a produção conjunta mensal de todas as fábricas não excede as 30 unidades, pode-se ter uma ideia das dificuldades logísticas em alimentar uma guerra convencional moderna.

dos modernos sistemas de armas de alta tecnologia tornam muito difícil, mesmo aos Estados ricos, produzirem ou manterem níveis de armamento suficientes para sustentarem uma guerra prolongada, por outro lado o relativamente baixo custo dos armamentos ligeiros e dos explosivos, bem como a sua disponibilidade nos mercados negros ou através de apoios confessados ou escondidos, permitem sustentar com abundância e persistência toda a espécie de revoluções, subversões, e terrorismos. Acresce que, na última década, a emergência de indústrias militares relativamente desenvolvidas em diversas potências regionais, e a relativa proliferação de armas de destruição maciça e de mísseis de grande alcance vieram trazer um significativo acréscimo á periculosidade dos numerosos conflitos regionais.

- (2) Ao lado de todos os muitos focos de tensão e de conflito, e das muitas situações potencialmente geradoras de violência, também se têm desenvolvido muitas formas de regulação das tensões, muitos aspectos favoráveis ao apaziguamento e á concórdia. Os mesmos encurtamentos das distâncias e intensificação das relações que avivam o choque das diferenças também permitem a fruição das complementariedades, o mútuo enriquecimento das culturas, a divulgação rápida do conhecimento e do progresso. A intensificação das trocas culturais e económicas tece uma densa rede de interdependências que tende a modificar o sentido tradicional das independências políticas, e das soberanias dos Estados. As diversíssimas formas de associação internacionais e transnacionais, os organismos supranacionais, as diversas formas de associação dos Estados, visando fins muito para além das tradicionais formas de aliança, têm-se multiplicado. As ideias contrárias á utilização da guerra como forma de prosseguir políticas agressivas, à prática de qualquer forma de intervenção de um Estado nos assuntos internos de outro, ao desrespeito dos direitos do homem, á discriminação das minorias, têm-se espalhado e, embora muito mais operantes nas sociedades demo-liberais onde se originaram, tendem

a tornar-se um adquirido do património cultural comum à humanidade inteira.

- (3) Neste mundo simultaneamente dividido e interdependente, uma parte tem-se mantido desde 1945 em situação de Paz, uma Paz intranquila e angustiada a que analistas têm chamado Paz/Guerra ou Paz de Terror, protegida da «Grande Guerra» pela mútua dissuasão nuclear entre as Super Potências. Mas, impedidas de nela derimirem as suas incompatibilidades pela força das armas, devido á monstruosa desproporção entre a aposta, qualquer que ela fosse, e os meios disponíveis para jogar, nem por isso as duas propostas socio-políticas que se defrontavam desistiram de nela se disputarem influências utilizando os meios que para tal as modernas tecnologias e as complexas formas sociais põem á disposição das estratégias indirectas. Nesse conflito, a que clientelas ideológicas no campo adverso emprestavam sugestões de guerra civil, todos os meios de coacção excepto os militares podiam ser utilizados. A violência simbolica, materializada na ameaça potencial dos mísseis, das divisões, das esquadras, a violência clandestina e dispersa conduzida por guerrilheiros e terroristas, as coacções e as dependências económicas e tecnológicas, a espionagem e a propaganda, a utilização dos pacifistas e dos meios de comunicação social, conjugaram-se e alternaram-se numa prova de força dissimulada e paciente em que o grande prémio parecia ser, numa primeira fase, o controlo da Europa.
- (4) Fora das zonas santuarizadas pela dissuasão nuclear, as guerras nunca cessaram de ocorrer, mas, sempre, condicionadas pelas circunstâncias tecnológicas, sociais, económicas, que caracterizam o Sistema das Relações Internacionais. O facto nuclear criando a cumplicidade das «irmãs inimigas» até á implosão do império soviético, e o poder das grandes Potências aliadas, desde então, têm obrigado à limitação das guerras convencionais, que, por outro lado, os modernos sistemas de armas tornam extremamente dispendiosas, criando problemas insuperáveis à logística quando em grande escala, ou por períodos prolongados.

Talvez por isso, as guerras menores têm conhecido uma expansão e uma importância sem paralelo na História. De cerca de uma centena de guerras verificadas desde 1945, mais de três quartos foram combatidas por guerrilheiros.

Mas não será apenas por serem mais baratas, por serem as guerras pobres. É também porque as ideologias dominaram este século, e no momento em que diminui o seu vigor cresce o dos fundamentalismos religiosos, é porque os princípios nacionalistas têm adquirido uma força inesperada numa época em que justamente se tinha proclamado o seu declínio, é porque os racismos se inflamam um pouco por toda a parte, é ainda porque as grandes desigualdades sociais e económicas, estigmatizadas á direita e á esquerda por liberais e por socialistas, apesar disso persistem e se acentuam. Mao Tsé-Tung e Giap, Che Guevara e Régis Debray, entre outros, teorizaram de novo a velha guerra de guerrilhas, e os êxitos espectaculares de algumas delas fizeram esquecer o fracasso de muitas outras. No fim dos anos sessenta, a esquerda em todo o Mundo pensava ter encontrado na guerra revolucionária o segredo da vitória infalível, ignorando o facto evidente de que sem adequados apoios externos, e sem as necessárias condições internas, nenhuma guerrilha pode resistir muito tempo. Isso mesmo parece ser comprovado agora que o grande patrono da revolução mundial perdeu a capacidade de sustentar as guerras alheias, e uma após outra muitas dessas guerrilhas procuram uma solução negociada.

- (5) Ligado muitas vezes ás guerras menores, mas surgindo também com frequência delas desligado, o terrorismo tem sido chamado a praga deste fim de século. Revestindo aspectos de uma vileza e brutalidade monstruosas, as acções terroristas têm-se vindo a multiplicar e, não sendo guerra, ⁽⁹⁾ utilizam a violência armada

(9) Os grupos terroristas não têm dimensão nem estrutura política para serem considerados UP (com raras excepções). Por outro lado, há os aspectos formais (continuidade das acções, dimensão das Forças envolvidas, quantidades dos mortos, ausência de combates, a população elegida como alvo principal).

e prosseguem fins políticos. Constituem uma nebulosa complexa, onde se misturam muitos movimentos, impelidos por motivações e revestindo formas diferentes.

Desde logo, importa distinguir os terrorismos ligados à guerrilha, dos que actuam sózinhos. Muitos guerrilheiros pensam como Marx, Lenine, Mao-Tse-Tung, mesmo Guevara, que o terrorismo é, na melhor das hipóteses, ineficaz, e na pior, prejudicial ao movimento revolucionário. Outros porém, como Debray e Marighela, consideram a acção terrorista complemento necessário da guerrilha. O terrorista comprometido com a guerrilha conserva, apesar de tudo, uma certa coerência de objectivos, alguma intencionalidade na escolha das vítimas, uma direcção política credível. Pelo contrário, o terrorista que procura os seus objectivos apenas pelo terror, isto é, desligado da guerrilha, actua de forma indiscriminada, espera tudo da violência, e busca freneticamente todos os meios de a tornar mais eficaz, isto é, mais horrível.

Uma outra distinção a fazer é a dos grupos terroristas que lutam por uma causa relativamente definida, ligada a afirmações nacionalistas, capazes de suscitar alguns apoios, como acontece com o IRA, a ETA, a OLP, face aos grupos que perseguem confusos e vagos objectivos, como acontece com as brigadas vermelhas, ou a acção directa. Igualmente monstruosos nos seus métodos, os primeiros têm, apesar de tudo, ligação com problemas reais, o que permite esperar alguma utilidade em acções políticas, se adequadamente complementadas pelas indispensáveis acções policiais. Pelo contrário, no que respeita aos segundos, a acção política não tem a mínima hipótese de contribuir para resolver um problema que, ou verdadeiramente não existe, ou não se apresenta claramente definido.

Um mito muito divulgado é o de que o terrorismo expressa uma revolta dos desesperados contra as forças repressivas da sociedade. Desesperados, fanáticos, psicopatas, são de facto muitos deles, misturados com profissionais do crime, mas a ideia de luta contra a repressão é claramente desmentida pelos factos. O terrorismo exerce-se sobretudo, e quasi só, nos países

onde o sistema político ou é demo-liberal, como no Ocidente, ou é fraco, como no Líbano e em alguns Estados da América Latina, isto é, a repressão verdadeiramente eficaz elimina ou impede o terrorismo. Por outro lado, este, pela sua própria essência fanática, radical, intolerante, que outro tipo de regime poderia engendrar, caso viesse a obter sucesso, que não fosse uma feroz ditadura?

Esta assimetria das possibilidades e das capacidades do terrorismo relativamente aos regimes políticos pode ser aproveitada, e são muitos os indícios e bastantes as provas de que o tem sido, como instrumento de políticas externas agressivas de alguns Estados. A Líbia, o Irão, a Síria, o Iraque, a Coreia do Norte, o Afeganistão, claramente têm apoiado diversos grupos terroristas que treinam, financiam, e sobre alguns dos quais, pelo menos, parecem exercer algum controlo. O Iemen do Sul, a Bulgária, a Checoslováquia, Cuba, a RDA, a URSS, todos foram por mais de uma vez referidos por confissões, ou comprometidos por provas documentais, como tendo acolhido, treinado, e armado, terroristas de diversas facções.

b. A articulação dos conflitos violentos a partir de 1990

- (1) Desde 1985, com o lançamento por Gorbachev do seu plano de reestruturação da sociedade soviética e com a cimeira de Reiquejavique, começou a tornar-se aparente a diminuição da capacidade económica da URSS para manter o esforço político, estratégico, e militar, que até então lhe vinha permitindo competir eficazmente com os EUA na disputa de influências no sistema unificado das R. I.. A bipolaridade enfraquecia, não tanto devido é tendência para a multipolaridade anunciada nos anos 70, mas antes no sentido da unipolaridade. Com a queda do muro de Berlim, o desfazer do império exterior, a unificação alemã, os recuos em Angola e no Afeganistão, as crescentes dificuldades internas da URSS, essa unipolaridade, confirmada na guerra contra o Iraque, era já evidente em 1990.

O quadro estruturante da conflitualidade política a nível mundial que até então tinha sido o conflito Leste-Oeste, praticamente desaparecera, e os EUA emergiam como o grande vencedor desse conflito, e como uma espécie de possível «gendarme mundial», única Super Potência com capacidade político-militar para intervir em qualquer ponto do globo. Mas ao mesmo tempo que tornou claro este facto, mais tarde consolidado pelo falhanço do golpe de Estado conservador em Moscovo, a guerra no Golfo mostrou os limites daquela capacidade. Limites económicos, que conduziram ao facto inédito de grande parte das despesas militares americanas terem de ser pagas pelos seus aliados, limites socio-políticos também, que obrigaram a uma conduta difícil de toda a crise, procurando a legitimação política da ONU e a conversão das opiniões públicas que permitissem ultrapassar as barreiras dos pacifismos, dos neutralismos, dos isolacionismos, e que levassem a uma muito contingente vitória no Congresso onde a autorização para a intervenção militar foi obtida por apenas alguns votos.

A URSS, de forma negativa, tornou-se o grande condicionador da evolução do Sistema. Todos os principais acontecimentos políticos, desde a unificação da Alemanha até à forma como foi conduzida a guerra no Golfo, desde a alteração das situações em Angola e no Afeganistão, até à guerra na Jugoslávia e a independência dos Estados Bálticos, de uma forma ou de outra dependerem da evolução interna do império soviético. A tentativa falhada dos conservadores, em Agosto de 1991, veio eliminar a Federação, levantando o problema do novo figurino para a relação entre as Repúblicas, e da definição da autoridade central e dos seus Poderes. Para além das questões económicas, cuja importância e dependência dos laços antigos entre as Repúblicas parece num primeiro momento ser o principal cimento que resta entre elas, avultam também, e muito, os problemas político-militares. As enormes Forças Armadas e as numerosas armas nucleares daquela ex-União, carecem agora de um comando político efectivo, claramente definido. Espalhado por repúblicas tornadas soberanas e que as disputam, num

vastíssimo território onde dezenas de nações acordam velhos conflitos e inúmeros focos de violência se atizam, sujeitas a uma degradação económica que não as poupa, qual será o seu comportamento futuro? E que poderá acontecer se ocorrer uma guerra civil no interior deste gigante recheado de terríveis armas modernas? Também essa experiência será inédita, e a sua possibilidade certamente muito preocupante.

A derrocada da ex-União Soviética foi ao mesmo tempo o fracasso do modelo comunista e o triunfo do demo-liberal. Um pouco por todo o Mundo, como uma onda que se propaga, regimes ditatoriais vão sendo substituídos por democracias, nas Américas, em África, na Ásia, na Europa do Centro e do Leste. A guerra da Jugoslávia é também um episódio desse movimento, pois em grande parte ela surgiu pela impossibilidade de conseguir que os regimes comunistas ortodoxos da Sérvia e do Montenegro aceitassem a liberdade reclamada pelas democracias croata e eslovena. Mas não só a afirmação das democracias muitas vezes passa pela violência, como também, e talvez principalmente, não basta que se implantem e funcionem. O sucesso económico, sempre demorado e difícil de conseguir, e a efectiva implementação da justiça social e do respeito dos direitos humanos e dos direitos das minorias, são condições indispensáveis para o sucesso desses regimes, que a própria liberdade fragiliza. Das muitas novas democracias, quantas ainda o serão dentro de cinco ou dez anos? E quantas novas guerras nascerão dos seus fracassos?

- (2) Entretanto, o mundo continua salpicado de conflitos regionais. Se é certo que a derrocada da ex-URSS permitiu o esvaziar de muitas tensões, crises e guerras, na Nicarágua, em S. Salvador, em Angola, em Moçambique, no Afeganistão, no Kampuchea, no Médio Oriente, etc.,⁽¹⁰⁾ ou a aceleração do desfecho em outros, como na Etiópia, ou na Somália, também é verdade que em

⁽¹⁰⁾ Sem que, no entanto, se tenha conseguido evitar o reacender de alguns deles, como em Angola, no Afeganistão, no Kampuchea, na Somália...

diversos conflitos não se fizeram ainda sentir efeitos da alteração da situação mundial, como em Timor, na Libéria, no Sri-Lanka, ou no Sudão, e outros novos surgiram, como no Iraque ou na Jugoslávia, e muitos outros se mantêm potenciais, ou em baixa intensidade como na Coreia, na China, na Indochina, na União Indiana, Sri-Lanka, Paquistão, Palestina, África do Sul, etc., etc. Os focos de conflito violento permanecem pois numerosos, mas desde os anos 80, a proliferação de armas de destruição maciça, de mísseis de grande alcance, e de indústrias militares relativamente sofisticadas, em muitos países do terceiro mundo, têm vindo a tornar muito mais perigosos e potencialmente destruidores esses conflitos.

- (3) Por outro lado, numa evolução praticamente ininterrupta desde o fim da II G. M., as economias, crescentemente internacionalizadas e interdependentes, mundializaram-se, isto é, praticamente escapam hoje ao controlo das políticas nacionais nos países mais desenvolvidos, e tornou-se não só difícil mas também contraproducente em termos de desenvolvimento tentar retomar esse controlo. As exigências da competição, com o que implicam em produtividade, em qualificação tecnológica, em penetração nos mercados, em rapidez de resposta e de adaptação às necessidades constantemente em mudança e em grande parte artificialmente criadas, a extrema fluidez dos capitais, impõem irrecusavelmente essa mundialização. Mas por sua vez ela depende crucialmente da estabilidade mundial, da liberdade do comércio, dos acessos, dos fluxos, da segurança dos investimentos. Ou seja, os conflitos regionais têm de ser controlados e, em determinadas zonas como as fontes de certos recursos indispensáveis, pode tornar-se inevitável a intervenção militar das grandes Potências para garantir aquele controlo. Inversamente, as regiões que interessem menos ao funcionamento deste grande mercado mundial, poderão ver esquecidos os seus conflitos.
- (4) Desde os anos 70 um número crescente de analistas vem apontando a emergência de alguns tipos novos de ameaças, ou de

riscos, nos domínios da demografia, do consumo e esgotamento de recursos naturais, da poluição. Entendidos inicialmente como problemas exclusivamente do âmbito das políticas internas, cedo se percebeu que muitos deles eram internacionais pela sua própria natureza, e outros pelas suas consequências, e que essa internacionalização poderia gerar conflitos, os quais se poderiam tornar violentos.

Ao lado destas novas ameaças, também desde os anos 70 tem vindo a aumentar a gravidade de três formas de violência clandestina e dispersa, cuja evolução tem sido parcialmente relacionada. Trata-se do terrorismo, da droga, e do crime organizado. Se, relativamente ao terrorismo, os acontecimentos no mundo comunista tiveram uma influência clara, já quanto aos outros dois aqueles acontecimentos são sem efeito, e o seu progresso mantém-se, tornando-se já neste momento preocupações maiores das sociedades desenvolvidas, podendo mesmo a necessidade do seu controlo levar a intervenções na política interna de determinados Estados, como aconteceu na Colômbia e no Panamá.

- (5) De um modo geral, os factores que acabo de referir, como as limitações da única Super Potência restante, a mundialização da economia, a proliferação dos armamentos, a periculosidade acrescida dos conflitos regionais, a emergnência de novos tipos de ameaças, todos se conjugam no sentido de tornar mais necessários, e por isso, reforçados, os organismos e «fora» internacionais capazes de produzirem sistemas normativos e oportunidades de diálogo, de negociação e de cooperações internacionais, que permitam resolver ou moderar conflitos, criando segurança e estabilidade nas regiões por eles abrangidos. Deste modo, neste mundo que subitamente se tornou mais instável, imprevisível, e perigoso, organizações como a ONU, a OTAN, a CSCE, a CEE, e muitas outras por todo o Mundo, vêm acrescida a sua importância e procuram, de uma forma ou de outra, estabelecer relações de complementariedade que ajudem a atenuar a inevitável rivalidade das soberanias.

5. SÍNTESE CONCLUSIVA

Iremos tentar, agora, não propriamente apresentar conclusões, já que este trabalho é apenas uma exposição esquemática, mas sim extrair, do que foi dito, alguns pontos que nos parece ter interesse salientar.

- a. Em primeiro lugar recordaria que a guerra não é senão uma das modalidades possíveis para a violência de grupo, e que sendo um fenómeno social, reflecte nela as características da sociedade onde ocorre, do mesmo modo que intervem na sua evolução. A guerra tem sido uma constante na História da humanidade, e mantém-se hoje tão viva como sempre, modulada por condições próprias do nosso tempo.
- b. As suas causas profundas, ou origens, confundem-se, naturalmente, com as da violência colectiva, e esta partilhará, naturalmente também, raízes comuns com a violência individual. Aquelas causas encontrar-se-ão muito provavelmente nas características biológicas e psíquicas do ser humano moduladas pelas aquisições culturais, canalizadas e condicionadas pelas estruturas e funcionamentos sociais. As causas próximas, essas, serão já do âmbito da política, da economia, da cultura, e relacionam-se intimamente com os objectivos pretendidos do conflito ou da guerra.
- c. Os fenómenos da violência, dos conflitos, da guerra, tem sido objecto de estudos, teorias e doutrinas, elas próprias também intervenientes na realidade sobre que se debruçam. Na sua maior parte este pensamento tem sido condicionado por preconceitos morais ou políticos, o que tem prejudicado o seu valor científico. Recentemente, esforços feitos no âmbito das Ciências Sociais para uma análise mais isenta de juízos de valor permite esperar que se possa vir a obter uma melhor compreensão dos mecanismos que realmente desencadeiam a violência, e a transformam em guerra.
- d. Ao nível das causas próximas, o mundo actual, transformado num sistema único das Relações Internacionais, apresentava, até há pouco tempo, duas grandes fontes profundas, e generalizadas, de tensões.

Uma, foi o chamado conflito Leste-Oeste, marcadamente político e ideológico, e que poderemos considerar ter sido estruturada e dominante. A outra, a oposição de interesses entre países industrializados e ricos, por um lado, e a grande massa dos subdesenvolvidos por outro, tem constituído uma situação muito mais complexa, muito menos estruturada, em que o vector económico, embora inextrincavelmente misturado com aspectos políticos e culturais, parece prevalecer. Sobre estas duas grandes fontes de tensões, que implicavam praticamente todo o Sistema, emergiam múltiplos outros focos localizados, ligados quer a velhos problemas regionais, de disputa de fronteiras, de hegemonias, de etnias, quer a eternos problemas de distribuição do poder e da riqueza, quer a novos problemas relacionados com o ambiente, os recursos naturais, ou a explosão demográfica. Embora independentes na sua origem, estes focos localizados sofriam a influência das duas grandes fontes de tensão, que os alimentavam, os limitavam, os orientavam, os condicionavam. A desagregação da URSS alterou dramaticamente este padrão, deixando isolada uma única Super Potência político-militar, que, no entanto, se encontra economicamente fragilizada e politicamente dependente das opiniões públicas.

- e. Durante mais de 40 anos, o Globo aparecia grosseiramente dividido em duas grandes áreas. Na Europa, na América do Norte, e em parte da Ásia, a guerra era eficazmente impedida pelo enorme poder dissuasor das armas nucleares. No resto do mundo, as guerras aconteciam, como sempre na História da Humanidade, não tendo havido desde 1945 até hoje, um único ano em que diversas não estivessem decorrendo, simultaneamente, em vários pontos do Globo. Em quase todas, os interesses das duas Super Potências estavam em causa, e das mais variadas formas, directamente ou por interpostos aliados, procuravam influenciar o seu desfecho.
- f. Após a desagregação da URSS, esta divisão do globo em mundo da Paz do Terror e em mundo da Guerra limitada tornou-se menos marcada. A Jugoslávia, o Azerbaijão, a Arménia, a Geórgia, e muitos outros conflitos mais ou menos inflamados em todo o espaço outrora

organizado nos dois ex-impérios soviéticos, trouxeram as guerras de novo até às portas da Europa Ocidental, guerras que podem utilizar forças regulares dotadas de armamentos convencionais sofisticados, e mesmo, eventualmente, armas nucleares. Por outro lado, a interrupção do protagonismo da ex-URSS no sistema das Relações Internacionais veio modificar profundamente o jogo das influências, mas não as faz desaparecer. Os EUA, algumas vezes as grandes Potências económicas como a CEE e o Japão, e sempre, as Potências Regionais interessados nos conflitos, procuram em cada caso defender os seus interesses. Por sua vez os conflitos tornaram-se mais perigosos, pelo tipo de armamentos disponíveis, e o seu controlo mantem-se necessário e importante, não tanto agora, para evitar riscos de confronto nuclear entre as Super Potências, mas principalmente para impedir a estagnação ou a retracção económica que a instabilidade e a incerteza em determinadas regiões do Mundo poderiam provocar.

Gostaria de terminar, como comecei, com uma citação de Raymond Aron «Na verdade, a grande ilusão (...) é a ilusão (...) dos europeus, por vezes mesmo dos americanos, que atribuem a todos os povos e a todos os que os governam uma só racionalidade, a dos economistas que comparam o custo e o rendimento. Os europeus gostariam de sair da História, da grande História, a que se escreve com letras de sangue. Outros, às centenas de milhões, nela entram ou voltam a entrar».

Raul François R. C. Martins

Brigadeiro
Subdirector do IDN